Bancada não está unida como antes

A crescente formação de grupos na Constituinte, a partir do final do ano passado, atingiu de maneira direta a bancada feminina. Integrada por 25 parlamentares, a bancada teve uma atuação marcada pela unidade, no início dos trabalhos da Assembléia. Com cerca de um milhão de votos, as deputadas assumiram seus mandatos fazendo barulho e, graças a um trabalho sério e coeso, conseguiram incluir no projeto de Constituição elaborado pela Comissão de Sistematização muitas de suas teses, notadamente as mais progressistas. Agora, porém, é impossível afirmar que as 25 deputadas estão fechadas em torno de muitos pontos, o que de certa forma descaracteriza a atuação da bancada.

— Está nítido que algumas parlamentares têm um real compromisso com as mudanças e os avanços exigidos pelo povo e que outras, ao contrário, s-ao contra esses avanços — afirmou a deputada Anna Maria Rattes (PMDB-RJ). Sua colega Márcia Kubitschek (PMDB-DF), integrante do Centr-ao, contudo, não vê a existência de um racha no horizonte da bancada. "Nós somos um grupo que defende as causas das mulheres. Na Constituinte está tudo espatifado, mas a bancada feminina é uma exceção", garantiu.

Por que, então, não existem mais reuniões regulares e apresentação de documentos únicos e manifestos? Para a deputada Anna Maria Rattes, é normal que nesta fase dos trabalhos constitucionais a ação das mulheres seja mais diluída. "Estamos trabalhando no plenário, tentanto convencer cada constituinte das idéias que defendemos", disse. "É claro que as deputadas conservadoras defendem e tentam obter apoio para as teses mais conservadoras", reconheceu. Mas Anna Maria insistiu que tal fato não configura um racha. "Creio que na maioria das questões ligadas à mulher há unidade. As progressistas, além disso, ainda são a maioria esmagadora da bancada", acrescentou.

Essa debandada de um quarto da bancada, na opinião de deputada Lídice da Mata (PC do B-BA), fez com que a articulação das mulheres passasse a ocorrer "mais a nível das progressistas". Para Lídice, o caminho natural das constituintes será "ter uma unidade mais ampla nos temas femininos e uma dispersão maior nos temas gerais, nos quais as idéias de cada uma de nós prevalecerão".

Cheide não vem a Brasília mas recebe como os colegas que trabalham

Mulheres modificam a Carta

VERA RAMOS
Da Editoria de Política

Depois de 38 anos de luta dentro e fora do Congresso, os defensores da igualdade de direitos e obrigações entre homens e mulheres começam a acreditar na vitória. A nova Constituição vai enterrar todo o entulho legal que ainda resta contra a mulher, e o Código Civil, que já começa a ser reescrito, dará aos homens e mulheres condições idênticas no direito de família.

A previsão é do senador Nelson Carneiro (PMDB/RJ), autor do projeto de criação do Estatuto da Mulher Casada, em 1962, que permitiu às mulheres trabalhar, administrar seus bens e herança, sem necessitar da autorização expressa dos maridos. Ele revelou que o novo Código Civil definirá ainda a igualdade entre homens e mulheres quanto à questão da pensão alimentícia. Mesmo divorciado, qualquer um dos ex-conjuges poderá reivindicar pensão de alimentos para custear sua sobrevivencia, em casos de extrema necessidade.

Para quem já foi considerada, pelo Código Civil, como relativamente incapaz de praticar certos atos, a mulher já obteve alguns avanços na Constituinte. Na semana que antecedeu os feriados do Carnaval, foi aprovada emenda do Centrão instituindo a igualdade de direitos e obrigações entre homens e mulheres, obrigando o Estado a garantir a sua eficácia.

Mas, para assegurar ainda mais a igualdade entre os sexos, o senador Nelson Carneiro alertou ser necessário aprovar também o inciso 27, do artigo 7º, dos Direitos Sociais, que proíbe a diferença de salários e de critério de admissão por motivo de sexo, cor ou estado civil.

ENTULHO JURÍDICO

Como presidente da Comissão criada no Senado para reformular o Código Civil, o senador carioca assegurou que as mulheres passarão a ter direitos idênticos aos dos homens na relação de família. A reforma visará, sobretudo, a extinção da supremacia masculina no pátrio poder. Pela lei vigente, durante o casamento, o marido exerce o pátrio poder, com a colaboração da mulher. Mas em caso de divergências entre si, prevalece a decisão do pai. É também prerrogativa do marido exercer a chefia da sociedade conjugal, administrando os bens comuns e os particulares da mulher. O marido tem ainda o direito legal de fixar o domicílio da família.

O novo Código Civil deverá modificar também a discriminação feita à mulher em casos de anulação do casamento. Ainda está em vigor o parágrafo 4, do artigo 219: a anulação pode ser concedida em caso de defloramento da mulher, ignorado pelo marido.

Só questões econômicas têm acordo

Entendimento nas questões econômicas, disputa no voto nas questões políticas. Essa é a tendência dominante na Assembléia Nacional Constituinte, segundo as lideranças partidárias, que apostam no consenso em temas como estabilidade no emprego e a imprescritibilidade, mas não se atrevem a antecipar qual sistema de governo será aprovado, nem quantos anos durarão os mandatos presidenciais — atual e futuros. Reconhecendo pressões das bases pela fixação em quatro anos do mandato do Sarney, com a convocação de diretas ainda em 1988, os constituintes admitem muita mudança de posição entre os que defendiam cinco anos.

O deputado federal Francisco Dornelles (PFL/RJ) considera uma boa experiência de consenso a negociação em torno do direito de propriedade mantida entre o Centrão e o grupo de parlamentares ligado ao líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas (SP). A partir desse entendimento, acredita o congressista, "o caminho do acordo estará aberto para outras questões polêmicas". Ele cita como exemplo a estabilidade no emprego e a imprescritibilidade do direito trabalhista. Neste último ponto, lembra, o texto do substitutivo do Centrão e do projeto constitucional são coincidentes, admitindo a imprescritibilidade por um período de dois anos da desvinculação do emprego.

"Não ocorrerá consenso apenas nos assuntos políticos. Fora esses, nada será decidido sem acordo preliminar", admite Dornelles, que já se decidiu pelo voto em favor dos quatro anos para o presidente Sarney.

Constituinte não pune os omissos

MARIA LIMA
Da Editoria de Política

Ao longo de quase um mês de votação do projeto de Constituição, vários parlamentares têm se destacado por sua atuação no plenário da Constituinte. Durante as 71 votações efetuadas até agora, alguns estiveram mais em evidência por causa da tenacidade que usaram para defender pontos de seu interesse, outros caíram no folclore político por atitudes desastradas e infelizes. Nesse curto período de votação também foi possível detectar outra categoria de constituintes, os que integram com pouco brilho a "Galeria dos Omissos", mantendo-se ausente na fase mais importante e decisiva do processo de elaboração da nova Constituição.

Os deputados Felipe Cheide (PMDB-SP) e Mário Bouchardet (PMDB-MG) encabeçam a lista dos faltosos. Os dois só vieram a Brasília em um único dia de votação para marcar posição, desaparecendo logo em seguida. Enquanto Mário Bouchardet se ocupa de seus negócios como usineiro em Minas Gerais, Cheide passa o Carnaval em Guarujá, mas seus colegas de bancada revelam que ele gasta a maior parte de seu tempo na ponte São Paulo/Las Vegas, a cidade dos cassinos.

Nesta galeria estão ausentes menos famosos, como o deputado Olavo Pires (PMDB-RO), os senadores Mauro Borges (PDCGO) e Carlos de Carli (PMDB-MA) e até mesmo o presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos, ue tem comparecido rarissimas vezes ao plenário durante as votações. Checadas as listas de votação eletrônica, estes são os nomes menos citados, além do deputado João Herrmann (PMDB-SP), que se afastou dos trabalhos da Constituinte depois de encaminhar à Mesa um ofício onde comunicava que está atravessando graves problemas de saúde, devendo ser operado dô coração.

Estas estatísticas já anotadas pelos demais constituintes, motivou inclusive a apresentação de um Projeto de Resolução, prevendo a cassação do mandato do parlamentar que faltar sem justa causa a três sessões plenárias consecutivas ou cinco alternadas.

No caso dos deputados Mário Bouchardet (PMDB-MG) e Felipe Cheide, mesmo ausentes durante a maior parte do tempo, eles continuam recebendo normalmente salários pagos pela Câmara dos Deputados, nada inexpressivos, hoje alcançando a cifra de aproximadamente Cz$ 600.000,00, entre subsídios fixos e variáveis, e o auxílio moradia de Cz$ 61 mil pago aos parlamentares que não residem em Brasília.

A cada sessão de votação do projeto constitucional, os ausentes são citados por parlamentares indignados que imploram uma solução por parte da Mesa da Constituinte. Os deputados Domingos Leonelli (PMDB-BA), José Carlos Sabóia (PMDB-MA), Vicente Bogo (PMDB-RS) e o próprio Maurício Fruet têm se alternado na tribuna para denunciar os ausentes, mas até agora nenhuma providência foi tomada pela Mesa. O Projeto de Resolução, por exemplo, foi apresentado no dia 15 de janeiro deste ano, e até o momento o autor não recebeu nenhum sinal de que será colocado na ordem do dia para iniciar sua tramitação.

Se aprovado pela Constituinte, o projeto diz que, verificadas as faltas, a Mesa da Assembléia, de ofício ou atendendo requerimento de partidos que tenham representação na Casa ou de qualquer Constituinte, pode declarar extinto o mandato do faltoso.

Além dos prejuízos causados à Constituinte, como a falta de quorum para votação, descrédito na opinião pública e frustração dos constituintes que trabalham assiduamente, dia e noite, os faltosos correm o risco de passar em branco ao longo do processo constitutional. Pois se não comparecem nem mesmo na última fase de elaboração da Carta, não terão mais oportunidade de garantir sequer uma linha de sua autoria no texto da futura Constituição.

Ao deputado Felipe Cheide, pelo visto, deve agradar o fato de ocupar um lugar de destaque na "Galeria dos Omissos", posição que ele defendeu com louvor em meados do mês de julho de 87. Numa pesquisa levantada pelo **CORREIO BRAZILENSE**, à época, ele era uma das estrelas dos faltosos, merecendo foto na na primeira página do jornal com a chamada "Procura-se". Até hoje ele não se apresentou e continua desaparecido da Constituinte.

Cheide se ocupa em Las Vegas

Este carnaval o deputado "constituinte" Felipe Cheide (PMDB/SP) escolheu para descansar no Guarujá, dos mais agitados e sofisticados balneários paulistas nesta época de festas. O roteiro que ele mais gosta de fazer, entretanto, não prevê sequer escalas em Brasília. Seu círculo preferido é mesmo São Paulo-Las Vegas, o paraíso norte-americano dos cassinos. Nos tempos de vacas magras, seus colegas de bancada na Constituinte revelam que percorria este itinerário às vezes semanalmente, com um único objetivo: praticar seu hobbie predileto, que inclui todos os tipos de jogos. Mas depois da últimas eleições, as viagens tornaram-se mais escassas por causa de problemas financeiros, mesmo tendo recebido durante todo o ano os salários pagos mensalmente pela Câmara dos Deputados, hoje na casa dos Cz$ 600.000,00, incluídos Cz$ 61 mil de "auxílio-residência".

Quem conhece bem os hábitos do deputado Felipe Cheide em São Paulo sabe que sua rotina diária é dormir tarde, acordar por volta de meio-dia e almoçar no Jóquei Clube. Ele mantém residência em São Bernardo do Campo, onde também se mantém envolvido com atividades nada constituicionais. Grande parte de seu tempo é gasto com outra paixão, o futebol. Ele é presidente de um clube futebolístico da cidade e em 86 perdeu a eleição da presidência da Federação Paulista de Futebol, na disputa com o deputado estadual José Maria Marin (PFL).

Em Brasília mesmo, cidade que abriga o Congresso Constituinte, Felipe Cheide visitou o seu gabinete na Câmara dos Deputados pouquíssimas vezes ao longo deste primeiro ano de funcionamento da Assembléia. Ele foi visto, por exemplo, na posse dos parlamentares constituintes em 1º de fevereiro de 87, em dois almoços da bancada paulista na casa do deputado Airton Sandoval, no 1º semestre, e do deputado Roberto Rollemberg no segundo — agora, mais recentemente, reapareceu para ajudar o Centrão a alterar o regimento e aproveitou para marcar presença na fase de votações do projeto em plenário, no dia 28 de janeiro.

Desde o seu primeiro mandato na Câmara dos Deputados, Felipe Cheide carrega a "fama" de ausente, sendo que o seu curtíssimo currículo registrado na Casa gasta menos de uma linha para falar de sua passagem pela Comissão de Transportes, em 1983. Além da data de nascimento, filiação e a relação de nomes de sua esposa e filhos, o currículo se completa com dados sobre sua profissão: "Comerciante, advogado e empresário", e as condecorações que amealhou ao longo de sua vida parlamentar: Medalha de Comenda Cruz do Mérito Humanista (1978), Cidadão de Ferraz de Vasconcelos e Cidadão de Ribeirão Pires.

Na Constituinte esta imagem foi ainda mais piorada pela falta de assiduidade do deputado paulista. Em todas as fases do processo Contituinte ele apresentou apenas 17 sugestões de emendas, sendo que apenas uma supressiva foi acatada pelo relator Bernardo Cabral. Como esta é a última fase de elaboração da Constituição, Felipe Cheide corre o risco de ver aprovada a nocaanova Carta sem a inclusão de nem mesmo uma linha de sua autoria, uma vez que não comparece às votações sequer para trabalhar pela aprovação de sua emenda.

Falar em Felipe Cheide no plenário da Constituinte, provoca a mesma reação em todos os parlamentares: "Eu sei quem é. É aquele deputado que nunca vem aqui, o turco". Nem mesmo seus vizinhos de gabinete saberiam distinguí-lo entre outros parlamentares. Isso porque nunca alcançaram a sorte de cruzar com Cheide na saída dos gabinetes do 2º andar, no Anexo IV da Câmara dos Deputados.

O gabinete destinado a Cheide, por sinal demonstra ser bastante "organizado". Lá, no número 203, ao invés de folhas de papéi contendo propostas de emendas constituicionais, vê-se uma quantidade pouco comum de bem cuidados vasos de violetas que denunciam a ociosidade do lugar. Durante toda esta semana, inclusive, as chaves do gabinete do deputado Felipe Cheide foram confiadas à jovem Leni Melo, que nem mesmo é funcionária da Câmara dos Deputados.

Assustada quando procurada pela reportagem do **CORREIO**, ela não sabia o que responder, limitando-se a afirmar que fora colocada no gabinete para atender telefone e anotar os possíveis recados. "A dona Sônia me deixou aqui para anotar os recados. Eu não tenho muita certeza, mas acho que o Deputado vai voltar depois do carnaval", repetia a jovem, perdida no gabinete, assustada com a possibilidade de falar mais do que devia.

Bouchardet prefere suas usinas

No dia 27 de janeiro, por volta de 18 horas, o deputado usineiro Mário Bouchardet (PMDB/MG) fez uma aparição relâmpago no plenário da Constituinte e tratou de registrar, no painel eletrônico, o único voto de sua autoria em mais de 70 votações realizadas até agora do Projeto de Constituinte. Antes desta aparição, os parlamentares mais assíduos só se lembram de tê-lo visto na disputada votação do regimento proposto pelo Centrão. Alguns de seus colegas de bancada sugerem inclusive que se as atas e listas de presença fossem divulgadas, seria provável que a ausência de Bouchardet fosse constatada desde as primeiras fases, dos trabalhos das comiss-oes e subcomissões.

No interior de Minas Gerais, o constituinte de primeiro mandato gasta todo seu tempo administrando grandes plantações e usinas de álcool e açúcar. Suas empresas estão concentradas na cidade de Rio Branco, zona da mata mineira. No contexto político de Minas Gerais, o empresário Mário Bouchardet nunca alcançou qualquer projeção, conseguindo o seu primeiro mandato eletivo com a ajuda do então governador Hélio Garcia, que o estimulou a disputar as eleições para a Constituinte.

Em mais de um ano de funcionamento, as intensas discussões sobre pontos polêmicos não foram suficientes para atraí-lo a Brasília, figurando na lista dos parlamentares que tiveram baixíssimo rendimento em todo processo constituinte. Ele limitou-se a encaminhar 13 emendas, para todas as fases, sendo que destas apenas 3 tiveram parecer favorável do relator Bernardo Cabral. Apesar de terem sido acatadas pelo relator, nada garante entretanto que as propostas de Bouchardet sejam incorporadas ao texto constitucional, uma vez que nem mesmo o autor se preocupa em estar participando das votações para defender sua aprovação. Como Cheide, pode passar pela Constituinte sem ter nada de sua autoria aprovado no texto final, além de seu nome ficar fora da lista dos 559 parlamentares que dela fizeram parte.

O currículo do deputado Mário Bouchardet encaminhado aos arquivos da Constituinte, se não é risível, tambem não chega a ser muito digno. Além das condecorações de "empresário do Ano", "grande benemérito", conferida pela Fundação Educacional Bouchardet, o currículo traz como "outras informações": Membro do Conselho Fiscal Copaminas, Conselheiro do Sindicato dos Usineiros, Associação dos Usineiros de Minas Gerais, Ex-diretor e fundador do Esporte Clube Mário Bouchardet, ex-presidente do Clube dos Cinqüenta do clube dos Bancários, da Filarmônica Rio Branco e da Sociedade Musical 13 de Maio, diretor presidente da Companhia Açucareira Rio Branquense, diretor-proprietário da Companhia Agrícola Riobranquense, proprietário da M.B.S (Mário Bouchardet Senior) Comércio e Representação Ltda.

Visto com "surpresa" pelos seus colegas de bancada nas pouquíssimas vezes que esteve em Brasília, sempre freqüentando os mais caros restaurantes da capital, como o Florentino, Mário Bouchardet também "deverá retornar depois do carnaval", garantiu a secretária que atende em seu gabinete. Ela informa ainda que o deputado não está participando do processo de votação da Constituição por que está às voltas "com problemas de saúde", mas não soube explicar do que se tratava.

Nelson Jobim

Líder repele a proposta de extinção

O presidente José Sarney, como estadista, poderia estar exercendo uma grande função no processo de elaboração do texto constitucional, servindo de ponto de referência para as grandes discussões que se instalam sobre a Constituinte e intermediando acordos entre as lideranças e grupos suprapartidários, afirmou ontem o vice-líder do PMDB, deputado Nelson Jobim (RS). Ao deixar de lado este papel, assumido pelo presidente da Assembléia, Ulysses Guimarães, Sarney optou por seus próprios interesses, buscando tirar proveito do confronto que se estabeleceu entre a Constituinte e o Palácio do Planalto, acrescentou. "Ele hoje não tem poder algum para dissolver um poder constituinte, nem conta com apoio para aprovar emenda constitucional neste sentido", previu.

O novo ataque do governo federal à Constituinte encontrou os parlamentares de recesso e as respostas a esta nova tentativa de "desmoralização dos trabalhos constitucionais", como classifica o deputado Sigmaringa Seixas (PMDB-DF), devem começar quinta-feira, com o retorno de todos ao Congresso. O ministro Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações, chegou a sugerir a dissolução da Assembléia e a conclusão da Carta por uma comissão de juristas. Esta sugestão, na avaliação de Sigmaringa, deixa clara a intenção do Palácio do Planalto de procrastinar o trabalho de elaboração do texto para inviabilizar as eleições presidenciais ainda este ano, assegurando os cinco anos de mandato para Sarney.

Há ainda uma outra sugestão com o mesmo objetivo de suspender os trabalhos da Constituinte, através da realização de uma consulta popular. Políticos ligados ao governo acreditam que a população brasileira irá votar, maciçamente, contra a Assembléia, o que respaldaria a intenção da dissolução e também asseguraria os cinco anos de mandato. Para Nelson Jobim, a única forma legal de se dissolver a Constituinte é com a aprovação, pelo Congresso Nacional, de uma emenda constitucional, "mas Sarney não tem poder para fazer aprovar nada", garante. "A partir do momento em que foi instalada", prossegue o deputado, "desapareceu qualquer poder sobre a Assembléia, que é um poder constituinte e, não, constituído".

MALDOSO

Um dia antes do recesso de Carnaval, os constituintes conheceram a interpretação de Sarney acerca de um dos direitos fundamentais do cidadão, que é o de ser preso somente em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente. O presidente assegurou à Nação, no programa Conversa ao pé do rádio, que este dispositivo instalaria o caos e que os bandidos teriam mais direitos que suas vítimas. Foi o primeiro dos ataques lançados contra a Constituinte nestes dias de Carnaval, em que Sigmaringa identifica "recursos de quem está prevendo uma derrota".

"O presidente foi muito maldoso ao dar esta interpretação ao dispositivo que assegura um direito de cidadania", esclarece Sigmaringa. Ele considera que Sarney também foi esperto ao escolher "um tema que para o cidadão comum é muito importante, dizendo que a Constituinte dá razão aos bandidos. Se ele tivesse consultado os juristas que o cercam, saberia que a nova Carta apenas dá mais clareza ao dispositivo que já se encontra na atual Constituição", advertiu. "Ficou claro sua intenção de desmoralização e de deslocar o interesse da opinião pública contra a Constituinte".

A liderança do PMDB deve se reunir na quinta-feira para avaliar o quadro de críticas do Palácio contra a Constituinte. Já a partir de hoje à noite, quando começarem a chegar os primeiros parlamentares de volta a Brasília, as conversas terão início, preparando a manifestação posterior do partido.